



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº008/2026 – PMM**  
**DATA DE ABERTURA: 11/05/2026**  
**PROCESSO Nº011/2026-PMM**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREÂMBULO**

**A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 77.867/0001-29, com sede na Praça Francisco Assis Reis, 1060, através do Prefeito Sr. Leandro Dorini, em conformidade com a Lei nº.14.133/2021 de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo nº011/2026, torna público que dia 11 de maio de 2026 realizará a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM** visando **registrar em Ata de Registro de Preços compromisso formal de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos de impressão**, de modo a suprir as necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Agricultura e Meio Ambiente, Assistência Social, Educação, Obras Públicas, Planejamento e Projetos, Indústria e Comércio, Política às Mulheres, Saúde e Viação e Infraestrutura Rural.

O Pregão Eletrônico é pautado nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, mediante a utilização de recursos da internet - Sistema **COMPRAS.GOV.BR** <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**1.2. DATA E HORA DA ABERTURA: 11 DE MAIO DE 2026 ÀS 08H00MIN;**

**1.3 INÍCIO DO RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 27 DE ABRIL DE 2026 ÀS 08H00MIN;**

**1.4. FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 11 DE MAIO DE 2026 ÀS 07H59MIN;**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

**1.5.A DISPUTA SERÁ NO MODO “ABERTO”;**

**1.6.UASG: 987511 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA/PR;**

**1.4.Local da sessão pública:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## **CAPÍTULO I – DO OBJETO**

**1.1.**O presente Pregão Eletrônico tem por objeto registrar em Ata de Registro de Preços compromisso formal de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos de impressão, de modo a suprir as necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Agricultura e Meio Ambiente, Assistência Social, Educação, Obras Públicas, Planejamento e Projetos, Indústria e Comércio, Política às Mulheres, Saúde e Viação e Infraestrutura Rural.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	CARTUCHO DE TINTA AMARELA EPSON T40V com no mínimo 26ml ( ORIGINAL ) para impressora EPSON T5170.	Und.	10	R\$ 195,26	R\$ 1.952,60
02	CARTUCHO DE TINTA CIANO EPSON T40V, com no mínimo 26ml (ORIGINAL) para impressora EPSON T5170.	Und.	10	R\$ 200,13	R\$ 2.001,30
03	Cartucho de tinta magenta EPSON T40v, com no mínimo 26ml (ORIGINAL ) para impressora EPSON T5170.	Und.	10	R\$ 195,90	R\$ 1.959,60



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

04	CARTUCHO DE TINTA PRETA EPSON T40V, 50ml (ORIGINAL) para impressora EPSON T5170.	Und.	10	R\$ 200,61	R\$ 2.006,10
05	Cartucho de Toner CF217A Compatível impressora laser jet pro MFP M130nw.	Und.	12	R\$ 101,50	R\$ 1.218,00
06	Cartucho de Toner Pd-219 preto para impressora Pantum P2509w / M6559nw.	Und.	50	R\$ 83,58	R\$ 4.179,00
07	Cartucho HP 226X para impressora HP LaserJet Pro M426dw.	Und.	04	R\$ 79,85	R\$ 319,40
08	ETIQUETA PARA ETIQUETADORA DESCRIÇÃO MÍNIMA COR DA FITA: BRANCA COR DA IMPRESSÃO: PRETA LARGURA:12MM PAPEL DUPLA FACE COMPATÍVEL COM ETIQUETADORA BROTHER PT-80.	Und.	08	R\$ 46,24	R\$ 369,92
09	Feltro Almofada esponja de descarte impressora EPSON PLOTTER (modelo T5170).	Und.	10	R\$ 38,93	R\$ 389,30
10	Kit cartuchos de tinta (ORIGINAL) para impressora PLOTTER EPSON T5170.	Und.	10	R\$ 880,00	R\$ 8.800,00
11	Kit com 4 tintas contendo 70ml cada frasco (ORIGINAL) para impressora EPSON L575.	Kit	80	R\$ 124,67	R\$ 9.973,60
12	Kit completo de Toner Tn419 para impressora Brother HII8360/mfcl8610/L8360/L9570 (preto-ciano-magenta e amarelo).	Und.	10	R\$ 289,78	R\$ 2.897,80



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

13	Kit foto condutor Brother DR-630 impressora HLL2320D e HL-2340DW.	Und.	102	R\$ 70,70	R\$ 7.211,40
14	Kit foto condutor DR-225 impressora Xerox B225.	Und.	30	R\$ 123,48	R\$ 3.704,40
15	Kit foto condutor DR-2340 impressora Brother DCP2540DW.	Und.	140	R\$ 65,62	R\$ 9.186,80
16	Kit foto condutor DR-3442/850 impressora Brother DCP-L5652DN.	Und.	121	R\$ 75,25	R\$ 9.105,25
17	Kit foto condutor DR-730/760 impressora Brother DCP-L2550DW.	Und.	209	R\$ 96,42	R\$ 20.151,78
18	Kit foto condutor DR-B021 impressora Brother DCPB7520DW.	Und.	60	R\$ 82,67	R\$ 4.960,20
19	Kit foto condutor DR-B-210/215 impressora xerox B210/215.	Und.	100	R\$ 58,11	R\$ 5.811,00
20	Kit foto condutor DR-MS310/315 impressora Lexmark MS315DN.	Und.	50	R\$ 196,68	R\$ 9.834,00
21	Kit Tinta Original Epson T544 – 04 Cores Preto – Ciano – Magenta – Amarelo.	Und.	15	R\$ 135,78	R\$ 2.036,70
22	Toner 151/152 W1030XC impressora HP LaserJet Pro 4003DW.	Und.	50	R\$ 96,72	R\$ 4.836,00
23	TONER 505X IMPRESSORA HP (COMPATÍVEL).	Und.	10	R\$ 71,45	R\$ 714,50
24	Toner B-210/215 (COMPATÍVEL) para impressora Xerox B210/B215.	Und.	200	R\$ 99,92	R\$ 19.984,00
25	Toner B-225 (somente ORIGINAL) para impressora Xerox B225.	Und.	30	R\$ 584,90	R\$ 17.547,00
26	Toner BQ – 500 A.	Und.	10	R\$ 70,10	R\$ 701,00
27	Toner CB-435A impressora HP LaserJet P1102W.	Und.	165	R\$ 67,20	R\$ 11.088,00



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

28	Toner CF226A/BQ2026A impressora HP LaserJet PRO M402DN.	Und.	315	R\$ 69,55	R\$ 21.908,25
29	Toner D-111S impressora Samsung Xpress M2020W.	Und.	100	R\$ 60,54	R\$ 6.054,00
30	Toner modelo (E260A11B) compatível com a Impressora LEXMARK E260DN.	Und.	04	R\$ 118,89	R\$ 475,56
31	Toner para impressora Samsug MultiXpress X4300L/ SL –X4300LX, compatível CLT Y808S “cor amarela”.	Und.	20	R\$ 269,00	R\$ 5.380,00
32	Toner para impressora Samsung MultiXpress X4300L/ SL –X4300LX, compatível CLT C808S.	Und.	20	R\$ 276,67	R\$ 5.533,40
33	Toner para impressora Samsung multiXpress x4300L/ SL-X4300LX, compatível “cor magenta” CLT M808S.	Und.	20	R\$ 255,50	R\$ 5.110,00
34	TONER para impressora samsung MultiXpress X4300LX / SL-X4300LX compatível “cor preta” CLT-K808S.	Und.	20	R\$ 279,33	R\$ 5.586,60
35	Toner TN-3442/TN-850 impressora Brother (compatível) DCP-L5652DN.	Und.	335	R\$ 73,97	R\$ 24.779,95
36	Toner TN-450 impressora Brother (compatível) MFC7360N.	Und.	75	R\$ 62,27	R\$ 4.670,25
37	Toner TN-660 impressora Brother (compatível) HLL2320D e HL-L2340DW.	Und.	150	R\$ 62,41	R\$ 9.361,50
38	Toner TN-760 impressora Brother (compatível) DCPL2550dw e L2540dw.	Und.	227	R\$ 72,22	R\$ 16.393,94



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

39	TONER TN-B021 IMPRESSORA BROTHER (COMPATÍVEL) MODELO DCP-B7520DW.	Und.	150	R\$ 52,00	R\$ 7.800,00
40	TONER TN-B021 IMPRESSORA BROTHER (ORIGINAL) DCP-B7520DW	Und.	50	R\$ 116,00	R\$ 5.800,00
41	Toner W105A impressora HP LaserJet 107W.	Und.	100	R\$ 89,13	R\$ 8.913,00
42	Tonner 504H/MS310 impressora Lexmark MS315DN.	Und.	35	R\$ 160,00	R\$ 5.600,00
43	Tonner 604H 60fb H00 para impressora Lexmark Mx310.	Und.	35	R\$ 119,95	R\$ 4.198,25
44	Unidade de imagem para impressora HP 426 DW.	Und.	10	R\$ 71,73	R\$ 717,30

**TOTAL: R\$ 301.220,65 (trezentos e um mil e duzentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos).**

**1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.**

**1.3.** Em virtude do sistema COMPRASNET não apresentar opção de incluir as especificações técnicas dos itens em sua totalidade, as proponentes deverão apresentar suas propostas atendendo exclusivamente as especificações dos itens solicitados no item 1.1 do edital.

**1.4.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas pela Secretaria Municipal de Administração, abaixo discriminada:

Desp. 33 - 05.001.04.122.0002.2010.3.3.90.32.00 Atividades do Departamento de Administração 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)

Desp. 43 - 05.002.04.122.0002.2009.3.3.90.36.00 Atividades da Gestão de Compras e Licitação 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)

Desp. 53 - 05.003.04.122.0002.2011.3.3.90.39.00 Atividades da Divisão de Manutenção e Recuperação de Mobiliários e Frotas 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

Desp. 59 - 05.005.04.128.0002.2013.3.1.90.11.00 Atividades de gestão de pessoal  
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)

Desp. 72 - 06.001.04.121.0004.2014.3.3.90.36.00 Atividades da Divisão de Planejamento  
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)

Desp. 65 - 05.005.04.128.0002.2013.3.3.90.36.00 Atividades de gestão de pessoal  
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)

**10.2.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados na dotação orçamentária apresentada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, abaixo discriminada:

Desp. 329 - 12.001.20.606.0003.2062.3.3.90.30.00 Atividades de Desenvolvimento Rural  
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)

**10.3.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, abaixo discriminada:

Desp. 288 - 11.001.08.244.0007.2058.3.3.90.30.00 Piso Fixo de Media Complexidade - PAEFI  
01941/00941.09.06.05.26.1.661.0000 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

Desp. 271 - 11.001.08.244.0007.2054.3.3.90.30.00 Piso Básico Fixo - PAIF  
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)

Desp. 248 - 11.001.08.244.0007.2047.3.3.90.30.00 Gestão das Ações da Assistência Social - SUAS  
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)

**10.4.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação, abaixo discriminada:

Desp. 143 - 09.001.12.365.0008.2029.3.3.90.30.00 Manter as Atividades da Educação Infantil - Pré-Escolar  
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

Desp. 155 - 09.001.12.361.0008.2031.3.3.90.30.00 Manter as Atividades do Ensino Fundamental  
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

Desp. 135 - 09.001.12.365.0008.2028.3.3.90.30.00 Manter as Atividades da Educação Infantil - Creche  
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% Sobre Transferências Constitucionais





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

## FUNDEB

Desp. 155 - 09.001.12.361.0008.2031.3.3.90.30.00 Manter as Atividades do Ensino Fundamental 00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

Desp. 143 - 09.001.12.365.0008.2029.3.3.90.30.00 Manter as Atividades da Educação Infantil - Pré-Escolar 00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

Desp. 124 - 09.001.12.122.0008.2027.3.3.90.30.00 Gestão da Secretaria de Educação 00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

Desp. 124 - 09.001.12.122.0008.2027.3.3.90.30.00 Gestão da Secretaria de Educação 00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

Desp. 135 - 09.001.12.365.0008.2028.3.3.90.30.00 Manter as Atividades da Educação Infantil - Creche 00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

**10.5.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados na dotação orçamentária apresentada pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, Planejamento e Projetos, abaixo discriminada:

Desp. 73 - 06.001.04.121.0004.2014.3.3.90.39.00 Atividades da Divisão de Planejamento 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)

**10.6.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados na dotação orçamentária apresentada pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, abaixo discriminada:

Desp. 352 - 13.001.23.691.0003.2066.3.3.90.39.00 Ações e Serviços da Indústria e do Comércio 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)

**10.7.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados na dotação orçamentária apresentada pela Secretaria Municipal de Política às Mulheres, abaixo discriminada:

Desp. 402 - 16.001.14.422.0010.2078.3.3.90.30.00 Manutenção das Ações do Departamento de Política às Mulheres 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)

**10.8.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde, abaixo discriminada:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

Desp. 215 - 10.001.10.302.0009.2040.3.3.90.30.00 Manutenção do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) 00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)

Desp. 209 - 10.001.10.302.0009.2039.3.3.90.30.00 Manutenção da Clínica Municipal de Fisioterapia 00494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Desp. 209 - 10.001.10.302.0009.2039.3.3.90.30.00 Manutenção da Clínica Municipal de Fisioterapia 00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)

Desp. 229 - 10.001.10.304.0009.2043.3.3.90.30.00 Vigilância em Saúde - Epidemiologia - Sanitária/Ambiental - Saúde do Trabalhador 00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)

Desp. 229 - 10.001.10.304.0009.2043.3.3.90.30.00 Vigilância em Saúde - Epidemiologia - Sanitária/Ambiental - Saúde do Trabalhador 00494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Desp. 215 - 10.001.10.302.0009.2040.3.3.90.30.00 Manutenção do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) 00494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Desp. 190 - 10.001.10.303.0009.2037.3.3.90.30.00 Manutenção da Assistência Farmacêutica 00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)

Desp. 198 - 10.001.10.301.0009.2038.3.3.90.30.00 Manutenção da Atenção Primária 00494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Desp. 198 - 10.001.10.301.0009.2038.3.3.90.30.00 Manutenção da Atenção Primária 00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)

**10.9.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados na dotação orçamentária apresentada pela Secretaria Municipal de Viação e Infraestrutura Rural, abaixo discriminada:

Desp. 386 - 15.001.04.122.0003.2073.3.3.90.30.00 Manutenção do Departamento de Viação e Infraestrutura Rural 00512/00512.99.99.00.00.1.750.0000 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

## **CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município Manguinhos/PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2 estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Manguinhos/PR nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

2.3.3 tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Mangueirinha/PR, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4 estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5 encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.

2.3.6 constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.3.7 em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

2.4 A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, a Pregoeira realizará consulta nas seguintes bases de dados:

**2.4.1 SICAF a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;**

**2.4.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);**

**2.4.3 Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes>;**

**2.4.4 Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

2.5 Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, a Pregoeira relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7 É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

### **CAPÍTULO III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

3.1 A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço unitário de cada item, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência.

3.2.1 Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas **até os centavos**, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

**3.2.2 Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto.**

3.3 Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

3.4 O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

**3.4.1 O prazo para o início da entrega dos itens deverá se dar em até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho e da ordem de fornecimento, salvo disposição diversa expressa nesta última.**

**3.4.2 A entrega dos itens deverá ocorrer primordialmente no local indicado pelas Secretarias Municipais de Administração, Agricultura e Meio Ambiente, Assistência Social, Educação, Obras Públicas, Planejamento e Projetos, Indústria e Comércio, Política às Mulheres, Saúde e Viação e Infraestrutura Rural, em horário de expediente das mesmas.**

**3.4.3. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses.**

3.5 A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

3.6 Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

3.7 A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

3.7.1 de condições de participação:

a) sobre ciência do edital;

b) sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

3.7.2 para fins de habilitação:

a) sobre atendimento aos requisitos de habilitação;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

- b) sobre inexistência de impedimento à habilitação
- c) sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- e) sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

### 3.7.3 de cumprimento da legislação trabalhista:

- a) sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;
- b) sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

3.8 A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

3.9 Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.10 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

3.11 As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.11.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.12 A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

## **CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA**

4.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pela Pregoeira, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeira e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

4.2.1 Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail **licitacao@mangueirinha.pr.gov.br**, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo a Pregoeira registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

4.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

4.5 No caso de a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.6 A Pregoeira poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

## **CAPÍTULO V – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS**

5.1 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “**aberto**”, **conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.**

5.2 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.3.

5.3 Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, a Pregoeira poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

5.3.1 proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

5.3.2 proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;

5.4 Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

5.5 Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeira apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.3.

## **CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1 Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1 Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

**6.4.2 Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pela pregoeira.**

6.4.3 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

6.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.5.1 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.6 Durante a “etapa aberta” da fase de lances, a Pregoeira poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.6.1 A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte da Pregoeira não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.7 Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de **R\$ 0,01 (um centavo de real)**.

## **CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

7.1 Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei nº Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e **do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021**, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3 Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

7.3.1 Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

7.3.1.1 a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

7.3.1.2 não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3.2 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

## **CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO**

8.1 O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**.

8.2. Visando dar continuidade na execução dos serviços com a mesma equipe.

## **CAPÍTULO IX - DA NEGOCIAÇÃO**

9.1 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

9.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.1.2 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

## CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 A Pregoeira solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o **Anexo do edital** e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail **licitacao@manguinhos.pr.gov.br**, devendo a Pregoeira, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

10.1.3. O prazo para envio da proposta é de, **no máximo, 02 (duas) horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pela Pregoeira a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.4. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pela Pregoeira.

10.1.5. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pela Pregoeira, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.6. A proposta será desclassificada quando:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.1.7.1 A Pregoeira poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea “d” acima.

10.2 A Pregoeira examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão ser superiores aos valores estimados constantes no Termo de Referência (Anexo

10.2.1. A Pregoeira poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.2. Havendo falhas na proposta, a Pregoeira deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.3. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, a Pregoeira deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.**

## **CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

11.1 A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

11.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2 Para fins de habilitação jurídica, a Pregoeira verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.3 Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 3.6 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

#### **11.4. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **11.4.1 DO DOCUMENTOS DE REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.
- g) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

#### **11.4.2. DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica

#### **11.4.3. OUTROS DOCUMENTOS:**

11.4.3.1. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 3.7.2 deste edital.

11.4.4. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pela Pregoeira, até a conclusão da fase de habilitação.

11.4.5. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 11.4 é de, **no mínimo, 02 (duas) horas**, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeira a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

11.4.6. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeira.

11.4.7. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeira, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.5 O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.5.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeira, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

**11.6 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata os itens 11.4, 11.4.1, 11.4.2 e 11.3, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da Pregoeira, a apresentação de novos documentos de habilitação para:**

- a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;**
- b. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c. a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

11.6.1. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

11.7 Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, a Pregoeira, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

11.7.1 - Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail **licitacao@manguinhos.pr.gov.br**, devendo a Pregoeira, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.7.2 - O prazo para envio dos documentos é de, **no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema**, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeira a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.7.3 - Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeira.

11.7.4 - Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeira, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.8 Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.8.1.Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.8.2.Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

11.9 Para fins de verificação das condições de habilitação, a Pregoeira poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.10. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.10.2 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.11 O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.11.1 Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11.12. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeira deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.12.1 Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

11.12.2 Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, a Pregoeira registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.12.3 Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

Pregoeira, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

## **CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

12.1 Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2 Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

## **CAPÍTULO XIII – DO RECURSO**

13.1 Qualquer licitante poderá, no prazo de até **10 (dez) minutos do término do julgamento** das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.1.1.O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

13.1.2.Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

13.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.

13.2 Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3 O Pregoeira poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Prefeito na qualidade de AUTORIDADE COMPETENTE, para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1 O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Prefeito na qualidade de AUTORIDADE COMPETENTE, quando houver recurso, e também nos demais casos.

14.2 A homologação deste Pregão compete à **AUTORIDADE COMPETENTE**.

14.3 O objeto deste Pregão será adjudicado por item à vencedora do certame.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

14.4 Antes da homologação da licitação, para os fins de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes que tenham apresentado propostas não recusadas para itens adjudicados à licitante vencedora, serão convocadas, por meio do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, para que, dentro do prazo estipulado e procedimentos operacionais, manifestem seu interesse em aderir ao cadastro de reserva, desde que aceitem ofertar o objeto a preços iguais ao da licitante vencedora.

## **CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DO CONTRATO**

15.1 Após homologado o resultado deste Pregão, o MUNICÍPIO convocará a licitante vencedora para assinatura do contrato, para que ocorra dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

15.1.1.O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital.

15.5.1.A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar o contrato ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

## **CAPÍTULO XVI – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DO CONTRATO**

16.1 A vigência do contrato proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades contratadas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

16.2 Será admitida a prorrogação do prazo de vigência do contrato nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **CAPÍTULO XVII – DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO**

**17.1 A Secretaria Demandante do Município de Manguinhos/PR será a unidade responsável pelos atos de controle, fiscalização e administração dos contratos decorrentes desta licitação, incluindo a aferição e comprovação da continuidade da vantajosidade dos preços, qualidade na entrega.**

17.1 O fornecedor poderá ser notificado, sofrer penalidades e até mesmo ter o contrato rescindido, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

17.1.1. a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do contrato, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;

17.1.2. por iniciativa do Município de Manguinhos/PR, quando o fornecedor:

17.1.2.1.1 - perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

17.1.2.1.2 - deixar de cumprir as obrigações decorrentes do contrato;

17.1.2.1.3 - não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes do contrato;

17.1.2.1.5 - sofrer sanção que acarrete a impossibilidade de licitar e contratar com o MUNICÍPIO, em especial nas hipóteses previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

17.1.2.2 configuradas razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

17.1.2.3 caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no contrato ou nos pedidos dele decorrentes.

17.1.3. Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o MUNICÍPIO formalizará a rescisão do contrato correspondente e informará ao contratado e aos demais a nova ordem de contratação.

17.2 O contrato, decorrente desta licitação, será extinto automaticamente:

17.2.1. por extinção da totalidade do seu objeto; e

17.2.2. quando não restarem fornecedores habilitados remanescentes;

## **CAPÍTULO XVIII – DA NOTA DE EMPENHO**

18.1 Durante a vigência do contrato o Município poderá convocar o contratado para retirada da nota de empenho, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

18.1.1. O prazo de convocação de que trata o item 18.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do contratado beneficiário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**18.3 A nota de empenho vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº008/2026 constante do Processo nº 011/2026, do contrato e da proposta vencedora.**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

18.4 O contratante obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no edital e no contrato independentemente de sua transcrição na nota de empenho, substitutiva do contrato.

18.5 Para a retirada da nota de empenho referida no item 18.1, o contratado terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

**18.5.1. Será permitido o envio da nota de empenho por meio eletrônico (e-mail) ou via fax, desde que o contratante acuse, por meio eletrônico (e-mail) ou documento oficial e no mesmo prazo estabelecido no item 18.1.1, o recebimento da mesma.**

**18.5.1.1 O fornecedor beneficiário deverá informar seu endereço eletrônico (e-mail) para fins do subitem anterior.**

18.6 A nota de empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021.

## **CAPÍTULO XIX – DA FORMA DE PAGAMENTO**

19.1 O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo de recebimento definitivo do objeto, emitido previamente pelo gestor, nos termos do inciso II, item 23.4 Capítulo XXIII não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos e o pagamento de fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.

19.2 Caberá ao contratante apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Capítulo XXVII.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

19.3 As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade do fornecedor beneficiário.

19.4 Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pelo fornecedor beneficiário de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este edital, o prazo constante do item 22.1 poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

## **CAPÍTULO XX – DO PRAZO E DO LOCAL DA ENTREGA**

**20.1 O prazo para o início da entrega dos itens deverá se dar em até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho e da ordem de fornecimento, salvo disposição diversa expressa nesta última.**

**20.2. A entrega dos itens deverá ocorrer primordialmente no local indicado pelas Secretarias Municipais de Administração, Agricultura e Meio Ambiente, Assistência Social, Educação, Obras Públicas, Planejamento e Projetos, Indústria e Comércio, Política às Mulheres, Saúde e Viação e Infraestrutura Rural, em horário de expediente das mesmas.**

**20.3.O contrato terá vigência de 12 (doze) meses.**

20.3 A execução do serviço deverá ser atendida pela Contratada somente mediante solicitação expressa da secretaria requisitante e Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, sendo que a apresentação desta estará condicionada a efetivação do pagamento.

20.4.Expedida a Autorização de Fornecimento, conforme disposto na Portaria de fiscais mediante as seguintes condições:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

20.5. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade com as exigências contratuais;

20.6. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

20.7. Será rejeitado no recebimento os serviços executados em desconformidade com as especificações solicitadas.

20.8. Caso o serviço seja considerado insatisfatório será recusado sem ônus à Contratante.

20.9 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

20.10. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

20.11. Constatadas irregularidades no item entregue, o MUNICÍPIO poderá:

- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao contratante providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo o contratante fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

20.12 Ao MUNICÍPIO não caberá qualquer ônus pela rejeição de item considerados inadequados pelo gestor.

20.13 Independentemente da aceitação, o contratante garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do gestor.

## **CAPÍTULO XXI - DA FISCALIZAÇÃO**

21.1 Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do contrato.

21.2 O contratante deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

## **CAPÍTULO XXII – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

22.1 É vedado efetuar acréscimos ou supressões nos quantitativos fixados no contrato de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

## **CAPÍTULO XXIII - DA RESCISÃO**

23.2. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes; ou
- c) determinada por decisão judicial.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

23.3 A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do MUNICÍPIO.

23.4 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **CAPÍTULO XXIV – DAS PENALIDADES**

24.1 . Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

24.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato;

24.1.3. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

24.1.4. Der causa à inexecução total do contrato;

24.1.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

24.1.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

24.1.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.1.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

24.1.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

24.1.10. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

24.1.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

24.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

24.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

24.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

24.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

24.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 24.1.2, 24.1.3, 24.1.4, 24.1.5, 24.1.6 e 24.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

24.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 24.1.8, 24.1.9, 24.1.10, 24.1.11 e 24.1.12, bem como nos subitens 24.1.2, 24.1.3, 24.1.4, 24.1.5, 24.1.6 e 24.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

24.2.4. Multa:

24.2.5. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 7 (sete) dias;

24.2.6. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

24.2.7.O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

24.2.8.Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

24.3.A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

24.4.Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

24.5.Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

24.6.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

24.7.Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

24.8.A aplicação das sanções será realizada em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

24.9.Na aplicação das sanções serão considerados:

24.10.A natureza e a gravidade da infração cometida;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

24.11.As peculiaridades do caso concreto;

24.12.As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

24.13.Os danos que dela provierem para a Contratante;

24.14.A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.15.Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

24.16.A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

24.17.A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

24.18.As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

## **CAPÍTULO XXV – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

25.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico **licitacao@mangueirinha.pr.gov.br**

25.2 Compete a Pregoeira, auxiliada pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

25.2.1.A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

25.3 Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.4 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeira até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico **licitacao@mangueirinha.pr.gov.br**.

25.4.1.A Pregoeira, auxiliada pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

25.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal da Transparência do MUNICÍPIO para os interessados.

## **CAPÍTULO XXVI - DO REGIME DE ENTREGA**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

26.1 O prazo para o início da entrega dos itens deverá se dar em até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho e da ordem de fornecimento, salvo disposição diversa expressa nesta última.

26.2. A entrega dos itens deverá ocorrer primordialmente no local indicado pelas Secretarias Municipais de Administração, Agricultura e Meio Ambiente, Assistência Social, Educação, Obras Públicas, Planejamento e Projetos, Indústria e Comércio, Política às Mulheres, Saúde e Viação e Infraestrutura Rural, em horário de expediente das mesmas.

26.3 Caberá ao fornecedor beneficiário o recolhimento do objeto por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

26.4 A comunicação entre o MUNICÍPIO e o fornecedor beneficiário se dará pelos e-mails **[licitacao@mangueirinha.pr.gov.br](mailto:licitacao@mangueirinha.pr.gov.br)**, **[contratos@mangueirinha.pr.gov.br](mailto:contratos@mangueirinha.pr.gov.br)**, **[compras@mangueirinha.pr.gov.br](mailto:compras@mangueirinha.pr.gov.br)**, **[empenhos@mangueirinha.pr.gov.br](mailto:empenhos@mangueirinha.pr.gov.br)** e/ou e-mails da secretaria solicitante

## **CAPÍTULO XXVII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

27.1 São obrigações da contratada, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

- a) A contratada deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante todo o período de contratação.
- b) Cumprir fielmente o objeto licitado de forma que o material entregue seja de qualidade e em conformidade com o descritivo (solicitação).
- c) Responder, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados direta ou indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos no fornecimento dos materiais, que sejam decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

- d) Indicar um preposto para acompanhar e responder pelo cumprimento das obrigações contratuais perante a Administração.
- e) Comparecer à sede da Contratante, sempre que solicitado, por meio do preposto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da convocação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos ao objeto ora licitados.
- f) Comunicar imediatamente ao Município qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a entrega do objeto.
- g) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
- h) É de responsabilidade da Contratada os prejuízos causados por eventuais danos por retardamento, negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de funcionário da Contratada.
- i) A proponente deverá apresentar, certificação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) para os itens necessários subentendidos.

## **CAPÍTULO XXVIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **28.1. É de responsabilidade da Contratante:**

- a) Prestar todos os esclarecimentos necessários acerca do objeto sempre que solicitado;
- b) Acompanhar e fiscalizar os serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
- c) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- e) Designar pessoa responsável para recebimento da equipe no local indicado, sendo que este deverá verificar a conformidade do objeto com o solicitado;
- f) Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

## **CAPÍTULO XXIX - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

29.1 As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

- a) Guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;
- b) Tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;
- c) Garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
- d) não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;
- e) Fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;
- f) Adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;
- g) Em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao CONTRATANTE, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;
- h) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- i) Não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato;
- j) A CONTRATADA ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao CONTRATANTE ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

## CAPÍTULO XXX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1 O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

30.2 Integram este edital os seguintes anexos: **Documento de Formalização da Demanda-DFD, Estudo Técnico Preliminar-ETP, Termo de Referência-TR.**

30.3 Os atos normativos do Município referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico **<https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/mangueirinha>**.

30.4 É facultado a Pregoeira, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

30.5 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

30.6 As decisões da Pregoeira durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

30.7 A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Município de Manguinhos/PR no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação da Pregoeira, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

30.8 As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam o Município de Manguinhos/PR, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

30.9 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pela Pregoeira.

### **CAPÍTULO XXXI – DO FORO**

31.1 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Manguinhos/PR, com exclusão de qualquer outro.

**Manguinhos/PR , 24 de abril de 2026**

**Leandro Dorini**  
**Prefeito**

**Responsável pelo julgamento**  
**Daiane de Mello Moraes**  
**Agente de Contratação**  
**Decreto nº 272/2023**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

## ANEXO I

Para

Prefeitura Municipal de Manguinhos

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026 – PMM**

### MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), propõe fornecer ao Município de Manguinhos-PR, em estrito cumprimento ao previsto no processo da PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026-PMM, conforme abaixo discriminado:

ITEM	QTDE	ESPEFICAÇÕES	TOTAL R\$

Informar o item que pretende participar, a quantidade/unidade/descrição, conforme planilha de especificação dos serviços.

Informar que a validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública.

Prazo de pagamento: 30 (trinta) dias após a execução:

Informar o código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento:

Local e data:

(nome e assinatura do representante legal do licitante)

CPF

RG :

Cargo

**OBSERVAÇÃO: Caso utilize o modelo deste edital, deverá inserir o timbre da empresa.**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Para  
Prefeitura Municipal de Manguinhos  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026 – PMM**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Não possuímos em nosso quadro de servidores menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

( ) Declaramos que não fomos declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

( ) Declaramos que não estamos impedidas de licitar e contratar com o Município de Manguinhos/PR nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

( ) Declaramos que não fomos punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Manguinhos/PR, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

( ) Declaramos que não estamos elencados nos dispostos do Art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

( ) Declaramos que não estamos em processo de dissolução ou liquidação.

( ) Declaramos que não respondemos por prática de ato de improbidade administrativa, e o nosso(a) o sócio(a) majoritário não está proibido(a) de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

( ) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

( ) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato. MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA Estado do Paraná Praça Francisco Assis Reis, 1060 – CEP 85540-000 CNPJ 77.774.867/0001-29 / e-mail: licitacao@mangueirinha.pr.gov.br – Telefone: (46) 3243-1122

( ) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: Telefone: ( )

( ) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

( ) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº Nº 008/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos.

Manguinhos/PR, ... de .... de 2026.

**Assinatura do representante legal da empresa**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

## ANEXO I

### MINUTA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º XXX/XXXX – PMM

MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA, ESTADO DO PARANÁ, situado na Praça Francisco Assis Reis, n.º 1060, Centro, CNPJ n.º 77.774.867/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, LEANDRO DORINI, nomeado pelo Ata n.º 01/2025, portador da cédula de identidade R.G. n.º 4.769.385-3 SESP/PR, inscrito no CPF sob n.º 745.625.419-20.

[NOME DA EMPRESA], endereço de correio eletrônico: \_\_\_\_\_, telefone (XX) XXXXX-XXXX, CNPJ n.º XXXXXXXXXX, localizada na Rua XXXXXXXXXXXX n.º XX – XXXXX – CEP: XXXXX – XXXXX/XX, representada por XXXXXXXXXXXXXXX, portador da cédula de identidade R.G. n.º XXXXXXXXXXXXX órgão emissor XXX/XX, inscrito no CPF sob n.º XXXXXXXX.

Esta Ata decorre do processo de **[MODALIDADE]** e do **[PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXXX – PMM]**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, tendo como critério de julgamento o **[CRITÉRIO]**. As partes, de comum acordo, firmam este instrumento, instruído com a proposta do FORNECEDOR e demais documentos do certame, vinculando-se às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** O objeto da presente Ata de Registro de Preços é a eventual aquisição de **[DESCRIÇÃO GERAL DO ITEM OU GRUPO DE ITENS]**, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o processo licitatório, destinados a atender às necessidades das Secretarias, Departamentos e Unidades Administrativas da Administração Pública Municipal.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

**1.2.** O fornecimento dos itens deverá ocorrer conforme demanda da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, observando-se os prazos, condições e locais indicados, devidamente acompanhados da Nota Fiscal e do termo de recebimento provisório e definitivo, garantindo total conformidade com os padrões de qualidade, segurança, desempenho e adequação técnica exigidos pela Administração Pública.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

**2.1.** O presente instrumento contempla o fornecimento dos itens descritos na tabela abaixo, com suas respectivas especificações técnicas, unidades de medida, quantidades estimadas e valores unitários registrados, conforme a proposta vencedora do certame licitatório:

Item	Especificação	Qtd.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
			.		

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

**3.1.** O valor global estimado para os itens registrados neste instrumento é de **R\$ [VALOR ESTIMADO] ([VALOR POR EXTENSO])**, doravante denominado “VALOR ESTIMADO”, considerando-se as quantidades previstas no Termo de Referência.

**3.2.** O “VALOR ESTIMADO” compreende todas as despesas necessárias ao fornecimento dos bens, incluindo custos de produção ou aquisição, embalagem, transporte, seguros, tributos, encargos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas relacionadas ao cumprimento integral das condições estabelecidas neste instrumento.

**3.3.** O valor efetivamente contratado será determinado pela Administração conforme as quantidades efetivamente solicitadas e entregues durante a vigência, respeitando os preços unitários registrados.

## CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

**4.1.** As despesas decorrentes das contratações que vierem a ser formalizadas com base neste instrumento correrão à conta do Município de Manguinhos, alocadas nas dotações orçamentárias das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade e planejamento, notadamente: **[INSERIR AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS]**.

**4.2.** A indicação específica da dotação a ser empenhada para cada contratação derivada deste instrumento constará da respectiva Nota de Empenho, em conformidade com a Secretaria requisitante e sua classificação orçamentária, nos termos do processo administrativo.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

**5.1.** O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, por intermédio de depósito em conta bancária indicada pela FORNECEDOR, no prazo de até **30 (trinta) dias** corridos, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) devidamente atestada quanto ao recebimento definitivo dos materiais, acompanhada da Nota de Empenho, da Ordem de Fornecimento e do termo de recebimento definitivo do objeto, conforme previsto no Edital.

**5.2.** O faturamento deverá ser protocolado junto ao setor competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, atendendo aos seguintes requisitos:

- a) Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) emitida em nome do órgão ou entidade participante, contendo a discriminação detalhada do objeto fornecido, sem rasuras ou entrelinhas, com menção ao número do instrumento;
- b) Termo de recebimento definitivo do objeto, devidamente assinado pelo gestor ou fiscal designado, atestando a conformidade com as exigências deste instrumento.

**5.3.** O FORNECEDOR deverá apresentar, juntamente com a NF-e, comprovantes atualizados de regularidade fiscal e trabalhista, incluindo:

- a) Certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa da Fazenda Nacional (RFB/PGFN);
- b) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) Certidões de Regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, quando exigíveis.

**5.4.** O não atendimento das exigências previstas nesta cláusula suspenderá a contagem do prazo de pagamento até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

**5.5.** As eventuais despesas bancárias oriundas de transferências interbancárias ou para outras praças serão de exclusiva responsabilidade do FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

**6.1.** O presente instrumento terá vigência de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do § 1º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

**6.2.** Durante o período de vigência, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá realizar contratações com base nos preços e condições registrados, observada a vantajosidade, a necessidade pública e a disponibilidade orçamentária, mediante emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento.

**6.3.** A prorrogação da vigência será admitida por, no máximo, mais **1 (um) ano**, desde que atendidas as hipóteses previstas na legislação aplicável, mediante justificativa formal e autorização da autoridade competente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**7.1.** Não será admitida a adesão à presente Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

**8.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução deste instrumento tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

- c) Quando houver previsão de reajuste ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da legislação aplicável;
- d) No caso de reajuste, deverá ser respeitada a anualidade e o índice previsto no instrumento convocatório;
- e) No caso de repactuação, está poderá ser requerida pelo FORNECEDOR, conforme critérios definidos pela legislação e pelo edital.

**8.2.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço de mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o FORNECEDOR para negociar a redução.

**8.3.** Caso o FORNECEDOR não aceite reduzir o preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**8.4.** Nessa hipótese, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os FORNECEDORES do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

**8.5.** Se não houver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento do registro e adotará as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**8.6.** Na hipótese de redução do preço registrado, o ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e entidades que tenham firmado contratações decorrentes deste instrumento, para que avaliem a conveniência de proceder à adequação contratual, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**8.7.** Quando o preço de mercado se tornar superior ao registrado e o FORNECEDOR não puder cumprir as obrigações, poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR a alteração do preço, mediante comprovação do fato superveniente que inviabilize a manutenção do valor.

**8.8.** O FORNECEDOR deverá apresentar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço inicialmente registrado.

**8.9.** Caso não seja comprovada a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, e o FORNECEDOR deverá cumprir as obrigações estabelecidas, sob pena de cancelamento do registro e aplicação das sanções legais.

## CLÁUSULA NONA – DO FORNECIMENTO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

**9.1.** O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme solicitação do ÓRGÃO GERENCIADOR ou dos órgãos participantes, durante a vigência deste instrumento, mediante emissão de Autorização de Fornecimento (AF) contendo a especificação, a quantidade, o local e o prazo de entrega.

**9.2.** O prazo para entrega dos produtos será de até **[PRAZO]**, contados do recebimento da AF, podendo ser estipulado prazo inferior, mediante anuência do FORNECEDOR.

**9.3.** A entrega deverá observar:

- a) Os locais indicados na AF, entre **08h00 e 11h30** e/ou entre **13h00 e 17h00**, de Segunda a sexta-feira, em dias úteis;
- b) Agendamento prévio e comunicação com o setor responsável;
- c) Acompanhamento da respectiva nota fiscal e do Termo de Atesto de Recebimento, assinado por servidor autorizado;
- d) Cuidados de transporte e acondicionamento adequados, respeitando-se as normas aplicáveis e as condições de higiene, segurança e conservação previstas.

**9.4.** Os produtos deverão ser entregues dentro do prazo de validade, com embalagem íntegra, rotulagem legível e em conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência, sob pena de recusa imediata.

**9.5.** Em caso de entrega fora das especificações, vencida, avariada ou em desacordo com o solicitado, o FORNECEDOR será notificado para substituição no prazo máximo de **[PRAZO]**, sem ônus ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

**9.6.** O recebimento do objeto observará as seguintes etapas:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega, mediante conferência de qualidade, quantidade e integridade;
- b) Definitivamente, após verificação da conformidade com a AF e atesto do servidor competente.

**9.7.** As quantidades, prazos, locais e demais condições logísticas específicas serão detalhadas em cada Autorização de Fornecimento, emitida conforme a necessidade e disponibilidade da Administração.

**9.8.** O descumprimento das condições ou dos prazos de entrega sujeitará o FORNECEDOR às penalidades administrativas previstas neste instrumento e na legislação aplicável.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

**9.9.** Caberá ao FORNECEDOR o recolhimento dos produtos considerados inadequados, impróprios para uso ou em desacordo com as especificações técnicas.

**9.10.** As entregas somente poderão ocorrer mediante prévia autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, observadas as condições e prazos estabelecidos em cada AF.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

**10.1.** Fornecer os bens e materiais estritamente conforme as especificações técnicas constantes do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da proposta registrada e das respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), incluindo marca, modelo, apresentação, composição, unidade de fornecimento, normas técnicas aplicáveis, certificações, registros e demais requisitos exigidos.

**10.2.** Cumprir os prazos, locais e condições de entrega definidos nas AFs, responsabilizando-se por frete, seguros, acondicionamento, descarregamento e demais despesas até o recebimento definitivo dos itens.

**10.3.** Entregar produtos novos, originais, de primeiro uso, em perfeitas condições, lacrados e em embalagem original do fabricante, com rotulagem em língua portuguesa, indicação de lote e validade em destaque, e demais informações exigidas pela legislação aplicável.

**10.4.** Garantir que os bens sejam entregues dentro do prazo de validade (quando aplicável) e em condições adequadas de uso, sendo vedada a entrega de itens vencidos, avariados, fora de especificação ou de marca diversa da registrada, salvo autorização expressa do ÓRGÃO GERENCIADOR.

**10.5.** Substituir, às suas expensas, no prazo assinalado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, quaisquer itens recusados por não conformidade, avaria, vício, divergência de quantidade, rotulagem inadequada ou validade insuficiente, realizando o recolhimento dos produtos rejeitados.

**10.6.** Manter estoque e logística compatíveis com as demandas durante a vigência deste instrumento, assegurando o atendimento contínuo e tempestivo das solicitações, vedado o fracionamento indevido ou a postergação de entregas sem anuência do ÓRGÃO GERENCIADOR.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

**10.7.** Responder integralmente por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão no transporte, manuseio, entrega ou qualidade dos bens fornecidos, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**10.8.** Apresentar, quando solicitado, fichas técnicas, laudos de qualidade, FISPQ, certificados, registros sanitários ou outros documentos que comprovem a conformidade e rastreabilidade dos produtos.

**10.9.** Manter válidas todas as condições de habilitação e qualificação jurídica, fiscal e trabalhista durante a vigência das contratações decorrentes deste instrumento, apresentando, no faturamento, a documentação comprobatória de regularidade exigida em lei.

**10.10.** Designar preposto com poderes de representação perante o ÓRGÃO GERENCIADOR, responsável por acompanhar as Autorizações de Fornecimento, resolver pendências e manter comunicação direta com o gestor ou fiscal designado, mantendo os dados cadastrais atualizados (endereço, telefone e e-mail).

**10.11.** Observar integralmente as normas sanitárias, ambientais, de segurança e consumeristas aplicáveis aos bens fornecidos, adotando medidas preventivas de controle e conformidade.

**10.12.** Comunicar previamente ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer fato superveniente que possa comprometer o fornecimento, apresentando proposta de item equivalente, sujeita à aprovação do ÓRGÃO GERENCIADOR.

**10.13.** Abster-se de ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste instrumento, sem prévia e expressa autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, observadas as disposições legais e as condições aqui estabelecidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

**11.1.** Compete ao ÓRGÃO GERENCIADOR, representado pela Prefeitura Municipal de Manguinhos/PR, a coordenação, gestão e fiscalização da presente Ata de Registro de Preços, cabendo-lhe as seguintes obrigações e competências:

**11.1.1.** Planejar, consolidar e controlar as demandas das Secretarias requisitantes, gerindo o saldo por item, a vigência e as condições registradas;

**11.1.2.** Expedir as Autorizações de Fornecimento (AF) com a indicação de item, quantidade, local, prazo e condições de entrega;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

**11.1.3.** Designar gestores e fiscais para acompanhamento das entregas, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sendo os responsáveis formalmente identificados nos documentos de planejamento da contratação, notadamente no DFD (Documento de Formalização de Demanda) e no EDP (Estudo Técnico Preliminar);

**11.1.4.** Fiscalizar e acompanhar as contratações realizadas com base nesta Ata, verificando a conformidade dos fornecimentos com o instrumento convocatório, a proposta registrada e as AFs, incluindo marca, modelo, composição, rotulagem, validade e, quando aplicável, registros técnicos ou sanitários;

**11.1.5.** Certificar-se do cumprimento dos prazos, locais e condições de entrega, registrando todas as ocorrências e não conformidades detectadas, em relatórios ou documentos próprios;

**11.1.6.** Emitir os termos de recebimento provisório e definitivo, bem como os atestos de conformidade, comunicando formalmente o FORNECEDOR em caso de divergências;

**11.1.7.** Determinar, quando cabível, a substituição, complementação ou regularização de itens entregues em desacordo, fixando prazos e condições;

**11.1.8.** Recusar total ou parcialmente o recebimento de materiais que não atendam às exigências desta Ata, das AFs ou do edital;

**11.1.9.** Manter comunicação direta e formal com os FORNECEDORES REGISTRADOS, para alinhamento operacional, esclarecimentos e notificações sobre entregas ou não conformidades;

**11.1.10.** Conduzir negociações relativas à redução de preços registrados, quando houver queda de mercado, e analisar pedidos de reajuste ou repactuação nos termos desta Ata;

**11.1.11.** Garantir a publicação da Ata e de suas alterações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos meios oficiais de transparência;

**11.1.12.** Manter registro e rastreabilidade das entregas, inclusive informações de lote e validade, quando aplicável, preservando a documentação de suporte;

**11.1.13.** Conduzir processos sancionatórios, assegurando o contraditório e a ampla defesa, e promover o registro e a divulgação das sanções aplicadas, conforme a legislação;

**11.1.14.** Cancelar registros e convocar o cadastro de reserva, quando existente, observada a ordem de classificação e as condições registradas;

**11.1.15.** Garantir a indicação da dotação orçamentária e a emissão da correspondente Nota de Empenho para cada contratação derivada desta Ata;

**11.1.16.** Prestar aos FORNECEDORES REGISTRADOS os esclarecimentos necessários ao fiel cumprimento das obrigações assumidas;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

**11.1.17.** Aplicar, quando cabível, as penalidades previstas nesta Ata e na legislação vigente, informando aos órgãos de controle competentes e atualizando os registros nos sistemas oficiais;

**11.1.18.** Assegurar que todas as comunicações, ordens e solicitações sejam formalizadas por meio eletrônico ou outro meio documental idôneo;

**11.1.19.** Responder apenas pelos atos de gestão e fiscalização de sua competência, não se responsabilizando por danos ou prejuízos decorrentes de falhas atribuíveis aos FORNECEDORES, salvo comprovada ação ou omissão de seus agentes.

**11.2.** A atuação dos gestores e fiscais não exime o FORNECEDOR de suas responsabilidades pela qualidade, regularidade e pontualidade nas entregas, nem transfere ao ÓRGÃO GERENCIADOR quaisquer ônus decorrentes de vícios, defeitos ou inadequações dos materiais.

**11.3.** O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, a qualquer tempo, designar ou substituir os fiscais responsáveis pela execução desta Ata, mediante ato formal.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

**12.1.** O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões:

**12.1.1.** A pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado;

**12.2.** Por iniciativa do Município, quando a empresa:

**12.2.1.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**12.2.2.** Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido no edital, a respectiva Ordem de Serviço ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**12.2.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**12.2.4.** Nos casos descritos nos artigos 137 a 139, da Lei 14.133/21.

**12.3.** O cancelamento de registro de preços será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais prestadores de serviço registrados a nova ordem de registro.



### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

**13.1.** O FORNECEDOR REGISTRADO estará sujeito às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e nesta Ata, caso pratique quaisquer das infrações administrativas a seguir descritas, seja durante a execução da presente Ata ou nas contratações dela decorrentes:

**13.1.1.** Der causa à inexecução parcial ou total de qualquer item registrado nesta Ata;

**13.1.2.** Deixar de atender às condições estabelecidas no edital, nesta Ata ou na Autorização de Fornecimento (AF);

**13.1.3.** Não apresentar ou não manter a documentação exigida para o fornecimento;

**13.1.4.** Descumprir os prazos de entrega estabelecidos, sem justificativa aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

**13.1.5.** Apresentar declaração ou documentação falsa, no processo de registro de preços ou durante a execução das entregas;

**13.1.6.** Cometer fraude ou praticar ato ilícito que frustre os objetivos desta Ata;

**13.1.7.** Deixar de manter a proposta registrada sem motivo justificado;

**13.1.8.** Praticar qualquer ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**13.2.** As penalidades aplicáveis incluem:

**13.2.1.** Advertência, nos casos de inexecução parcial ou descumprimento de obrigações de menor gravidade;

**13.2.2.** Multa, nos casos e percentuais previstos nesta cláusula;

**13.2.3.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública por até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021;

**13.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar por até 6 (seis) anos, conforme o art. 156, §5º, da mesma lei.

**13.3.** Multas aplicáveis:

**13.3.1.** Moratória:

a) 1% (um por cento) ao dia, até o limite de 7% (sete por cento) do valor da parcela inadimplida, por atraso na entrega;

b) 0,5% (meio por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total da obrigação, pelo atraso na apresentação ou reposição de garantia, quando aplicável.

**13.3.2.** Compensatória:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

a) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação inadimplida, no caso de inexecução total do objeto;

b) O atraso superior a **15 (quinze) dias** autorizará a rescisão administrativa da contratação e a aplicação das demais penalidades previstas.

#### **13.4. Procedimento de aplicação:**

**13.4.1.** As penalidades serão aplicadas mediante processo administrativo instaurado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021;

**13.4.2.** Antes da aplicação de multa, será concedido ao FORNECEDOR o prazo mínimo de **15 (quinze) dias** úteis para apresentação de defesa, contados da data de intimação formal;

**13.4.3.** As decisões serão motivadas e formalizadas, com registro nos autos e nos sistemas oficiais.

#### **13.5. Critérios de aplicação:**

**13.5.1.** Na aplicação de penalidades, serão considerados:

a) A natureza e gravidade da infração;

b) As circunstâncias do caso concreto, incluindo agravantes e atenuantes;

c) Os prejuízos causados à Administração;

d) A existência de programas de integridade ou medidas corretivas adotadas pelo FORNECEDOR.

#### **13.6. Disposições gerais:**

**13.6.1.** As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme o art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021;

**13.6.2.** A aplicação de penalidades não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração;

**13.6.3.** As multas poderão ser descontadas de pagamentos devidos ou da garantia, ou ainda cobradas judicialmente, caso os valores sejam insuficientes;

**13.6.4.** O ÓRGÃO GERENCIADOR providenciará a divulgação das penalidades aplicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme o art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INTEGRIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

**14.1. Integridade e anticorrupção.** As Partes comprometem-se a observar as normas de integridade, ética e prevenção à corrupção, especialmente a legislação aplicável, incluindo a Lei nº 12.846/2013 (Anticorrupção) e a Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021. Fica vedado oferecer, prometer, autorizar, solicitar ou receber, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pagamento, doação, benefício, presente ou hospitalidade que comprometa a legalidade, a moralidade e a isonomia das contratações públicas ou privadas. As Partes manterão políticas e controles proporcionais ao porte e risco de suas atividades e comunicarão prontamente à outra Parte indícios de irregularidades relacionadas à execução do ajuste.

**14.2. Papéis na LGPD.** Para fins da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a Parte que definir as finalidades e os meios do tratamento de dados pessoais será considerada Controladora, e a Parte que tratar dados por conta e ordem de outra será considerada Operadora. Os papéis poderão variar conforme o fluxo de tratamento adotado e deverão ser identificados nos documentos de contratação, em plano de tratamento de dados, ordem de fornecimento, aditivo ou instrumento equivalente.

**14.3. Princípios e bases legais.** O tratamento de dados pessoais limitar-se-á ao mínimo necessário para as finalidades previstas no instrumento contratual e nas bases legais cabíveis (execução do contrato, cumprimento de obrigação legal/regulatória, execução de políticas públicas, entre outras), observando os princípios do art. 6º da LGPD (finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização).

**14.4. Medidas de segurança.** A Parte que realizar o tratamento adotará medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, nos termos do art. 46 da LGPD, incluindo, conforme o caso, gestão de acessos, registro de eventos relevantes, segregação de ambientes, criptografia ou controles equivalentes, testes de vulnerabilidade proporcionais ao risco, e políticas de retenção e descarte seguro.

**14.5. Incidentes de segurança.** Ocorrendo incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a Parte que dele tiver ciência comunicará a Parte Controladora sem atraso injustificado, fornecendo, no mínimo:

**14.5.1. Descrição do incidente;**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

**14.5.2.** Categorias e volume de dados afetados;

**14.5.3.** Número estimado de titulares;

**14.5.4.** Medidas adotadas;

**14.5.5.** Ações de mitigação e prevenção. A comunicação a titulares e à ANPD será conduzida pela Controladora, salvo ajuste diverso por escrito.

**14.6.** Suboperadores e compartilhamentos. A utilização de terceiros para tratar dados por conta de uma Parte (suboperadores) exige autorização prévia e expressa da Parte Controladora, devendo tais terceiros observar as mesmas obrigações desta cláusula. A Parte que contratar suboperadores responsabiliza-se por seus atos e omissões, na medida aplicável.

**14.7.** Direitos dos titulares e cooperação. As Partes cooperarão para atendimento de solicitações de titulares (acesso, correção, anonimização, eliminação, oposição, portabilidade, quando aplicável), de autoridades competentes e para a elaboração de avaliações de impacto à proteção de dados (quando necessárias). A Parte Operadora prestará apoio técnico à Controladora para o exercício desses direitos.

**14.8.** Transferência internacional. Qualquer transferência internacional de dados pessoais observará as hipóteses dos arts. 33 a 36 da LGPD e demandará autorização da Parte Controladora, com a adoção de salvaguardas adequadas (decisão de adequação, cláusulas contratuais, normas corporativas globais ou outras reconhecidas pela ANPD).

**14.9.** Confidencialidade. As Partes manterão sigilo sobre dados pessoais e demais informações confidenciais a que tenham acesso em razão da execução do ajuste, utilizando-as exclusivamente para os fins contratuais e assegurando que seus colaboradores e terceiros autorizados também observem a confidencialidade.

**14.10.** Término do tratamento. Encerrada a execução contratual ou inexistindo mais necessidade do tratamento, os dados pessoais tratados por conta de outra Parte serão eliminados ou devolvidos à respectiva Controladora, inclusive eventuais cópias, ressalvadas as hipóteses legais de retenção, com comprovação de descarte seguro quando cabível.

**14.11.** Conformidade e auditoria. Quando solicitado de forma razoável, a Parte que realizar tratamento apresentará evidências de conformidade (políticas, registros de atividades, relatórios, certificações) e permitirá verificações proporcionais pela outra Parte ou por auditor por ela indicado, preservados segredos industriais e comerciais.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

**14.12.** Sanções e responsabilidade. O descumprimento desta cláusula sujeitará a Parte infratora às sanções contratuais e às medidas previstas na legislação aplicável, sem prejuízo da reparação integral dos danos que causar, inclusive aos titulares.

**14.13.** Encarregado (DPO) e contatos. As Partes manterão encarregado de proteção de dados (ou canal equivalente) e comunicação, de forma tempestiva, os dados de contato para assuntos relacionados à LGPD, inclusive para recebimento de comunicações sobre incidentes de segurança.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**15.1.** Os casos omissos relacionados à presente Ata de Registro de Preços serão resolvidos de comum acordo entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o FORNECEDOR, com base na legislação vigente, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021 e em seus regulamentos.

**15.2.** O ÓRGÃO GERENCIADOR providenciará a publicação do extrato desta Ata no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial, bem como a disponibilização da íntegra do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observadas as normas de transparência pública.

**15.3.** Em caso de divergência de informações entre documentos, prevalecerá o que constar nesta Ata de Registro de Preços e, sucessivamente, no instrumento convocatório e seus anexos (incluindo o Termo de Referência), na proposta registrada e nas Autorizações de Fornecimento (AF) emitidas.

**15.4.** Qualquer alteração desta Ata somente terá validade se formalizada por termo aditivo devidamente autorizado, sendo vedadas modificações tácitas ou por mera tolerância.

**15.5.** A eventual tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de obrigações não implicará novação, renúncia ou alteração contratual, nem afetará a exigibilidade das obrigações assumidas.

**15.6.** As comunicações oficiais entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o FORNECEDOR deverão ocorrer por meio eletrônico institucional ou outro meio documental idôneo, considerando-se válidas quando enviadas aos endereços informados pelas partes, que deverão manter seus dados atualizados durante a vigência da Ata.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29

**15.7.** Salvo disposição específica em contrário, os prazos previstos nesta Ata serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, observados os horários de expediente do ÓRGÃO GERENCIADOR.

**15.8.** A eventual nulidade de qualquer disposição desta Ata não invalidará as demais, que permanecerão plenamente eficazes, desde que não comprometam a finalidade e o equilíbrio do ajuste.

**15.9.** Para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Ata de Registro de Preços que não possam ser resolvidas administrativamente, fica eleito o Foro da Comarca de Manguinhos/PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em **02 (duas) vias** de igual teor e forma, na presença de **02 (duas) testemunhas**, podendo a assinatura ocorrer por meio eletrônico, conforme a legislação vigente, para que produza seus efeitos legais.

Manguinhos, XX de [MES] de XXXX.

ÓRGÃO GERENCIADOR

Prefeitura Municipal de Manguinhos

Leandro Dorini

FORNECEDOR REGISTRADO

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
CPF n.º .....

\_\_\_\_\_  
CPF n.º .....





PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA/PR  
CNPJ: 77.774.867/0001-29